

MO *psicologia em* VIMEN TO



Distrito Federal, Brasil

PSICOLOGIA: MAIS PRÓXIMA DO QUE VOCÊ IMAGINA

Uma profissão que se transforma ao modificar a realidade

Martin Baró

<i>matéria de capa</i> PSICOLOGIA: MAIS PRÓXIMA DO QUE VOCÊ IMAGINA	4
<i>fazer psi</i> PSICOTERAPIA EM CONTEXTO	7
<i>fazer psi</i> REFERÊNCIAS PARA UM NOVO CENÁRIO PROFISSIONAL	8
<i>diálogos psi em foco</i> CONSTRUINDO JUNTOS O FAZER PSI	11
<i>onde estamos</i> O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA NO DF	13
<i>atualidades</i> ELEIÇÕES 2014: O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO?	15
<i>opinião</i> PROFISSÃO COM POSICIONAMENTO	18
<i>informativos</i> CRP DF ORIENTA E INFORMA	20

<i>expediente</i>		
Diretoria	Conselheiras (os)	Gerente Geral
<i>Conselheira presidente</i> Cynthia Ciarallo	Carolina Fernandes Cíntia Sá Clara Pereira	Cibele Tavares
<i>Conselheira vice-presidente</i> Sueli Vieira	Daniela Santos Edmar Carrusca	Jornalistas Responsáveis Mayara Reis - DRT 9102/DF Ana Paula Resende - DRT 10571/DF
<i>Conselheira secretária</i> Ingrid Quintão	Jaqueline de Jesus Julia Chagas Luiza Pereira	Estagiária Mayara Ribeiro
<i>Conselheiro tesoureiro</i> Marco Andrey Hermogenes	Márcia Silva Paulo Bareicha Rosana D'Orío Tatiana Lionço Wagner Saltorato	Diagramação Thaís Lorenzini
		Impressão Athalaia Gráfica e Editora



Carolina Fernandes; Clara Pereira; Cynthia Ciarallo; Cintia Sá; Daniela Santos; Edmar Carrusca; Ingrid Quintão; Jaqueline de Jesus; Júlia Chagas



Luiza Pereira; Márcia Silva; Marco Andrey; Paulo Bareicha; Rosana D'Orio; Sueli Vieira; Tatiana Lionço; Wagner Saltorato

editorial

É com muita satisfação que o 14º Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF) lança, em comemoração ao mês da Psicologia, o primeiro número de sua revista “Psicologia em Movimento”.

A palavra “movimento” nos remete a ação, mudança, variedade, atividade, energia, processo. É justamente o contrário de estagnação, inércia, inatividade. Portanto, elegemos esse nome por caracterizar o dinamismo da nossa profissão.

E é isso que pretendemos explorar nas páginas seguintes. Na matéria principal, falaremos sobre os avanços da Psicologia em seus 52 anos de regulamentação e da importância do conselho profissional na promoção da qualidade ético-técnica na oferta de serviços psicológicos em nossa sociedade, explorando também algumas estratégias que o CRP DF tem se utilizado para fazer avançar a Psicologia na região. Afinal, a Psicologia está mais próxima do que a sociedade imagina, mote escolhido para agosto, mês da Psicologia, traduzindo a diversidade e a pluralidade da profissão e os distintos espaços que vem ocupando no cenário nacional. Não deixe de olhar a agenda do nosso mês e deixá-la em um lugar visível!

Na seção “Diálogos: PSI em foco”, por exemplo, apresentamos projeto criado pelo 14º Plenário do CRP DF para aproximação da categoria junto ao Conselho a partir de fóruns permanentes para reflexão e construção conjunta sobre o fazer psi.

Destacaremos a Psicoterapia, ressaltando sua importância para a Psicologia e para a sociedade, convidando a categoria para o evento “Desafios à psicoterapia na contemporaneidade”, em agosto. Na seção “Fazer Psi” teremos depoimentos de psicólogos e psicólogas sobre suas atuações nas diversas áreas: da psicoterapia aos novos campos de atuação em políticas públicas, valorizando o que a Psicologia tem a contribuir nos mais diferentes espaços e suas colaborações para que ela se torne, cada vez mais, uma profissão de interesse social.

Na seção “Onde estamos”, apresentaremos iniciativas desenvolvidas no DF, abordando também ações institucionais que o Conselho Regional tem realizado para se aproximar dos distintos campos de atuação profissional e otimizar a oferta de serviços psicológicos local.

Em “Atualidades” teremos uma reportagem especial com o tema “Eleições, democracia e subjetividade”, considerando seus impactos na oferta de serviços psicológicos, especialmente quanto à garantia de direitos. Em “Opinião”, demonstrando uma permanente análise de conjuntura e implicação na realidade social, traremos um resumo das notas de posicionamento emitidas pelo CRP DF nesta gestão, com as quais esperamos contribuir para o respaldo da atuação profissional, além de alguns informativos internos.

Esperamos que seja uma leitura proveitosa.

Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF)

14º Plenário

PSICOLOGIA: PRÓXIMA VOCÊ IMAGINA

mais
do que

■ UMA PROFISSÃO QUE ACOMPANHA AS MUDANÇAS SOCIAIS

Desde a colonização do País, a Psicologia já fazia parte da vida do brasileiro. No entanto, foi há 52 anos que a profissão foi regularizada e oficialmente aceita no Brasil, com a Lei 4.119, em 27 de agosto de 1962, passando a ser a data de celebração do Dia da Psicóloga e do Psicólogo.

Antes de 1962, as ideias psicológicas existiam no Brasil nas áreas da Medicina e da Educação. A industrialização no século XX impulsionou algumas práticas no âmbito do que começava a parecer mais com o que hoje chamamos de Psicologia. Na Educação também começaram a ser utilizados conhecimentos para buscar as melhores condições de ensino-aprendizagem. Psicometristas e psicotécnicos eram convocados em diversos espaços de trabalho para aplicarem testes psicológicos.

O projeto de modernização, alimentado pelas elites brasileiras na segunda metade do século XX, estimulou a prática da Psicologia e produziu um importante reconhecimento: ela possuía tecnologia capaz de responder às demandas da sociedade. Assim, a Psicologia nasceu para a sociedade brasileira e os profissionais assumiram o compromisso de reinventar a profissão.

Inicialmente, a Psicologia aprimorou o que já fazia: seleção e desenvolvimento de pessoal, além de cuidar da saúde na Educação. Logo surgiram as psicoterapias e os psicólogos tiveram a oportunidade de prestar um serviço que se tornaria referência e elemento de identidade para a profissão.

Os anos 70 e todos os seguintes foram de grande importância para a Psicologia, pois viram uma categoria profissional se fortalecer na busca de novos campos de atuação. A partir daí, a Psicologia da saúde e a Psicologia comunitária se desenvolveram, inaugurando novas formas de ação, novos instrumentos e a busca de novas teorias.

Os anos 90 trouxeram o avanço da organização dos psicólogos. A categoria conquistou maior democratização em suas entidades, algo que possibilitou, em todas as áreas e campos de atuação, o progresso do coletivo e não apenas de algumas lideranças. O crescimento da categoria e da Psicologia como profissão trouxe uma nova tarefa: fazer crescer as oportunidades de trabalho e a contribuição da Psicologia à sociedade. Dessa forma, os psicólogos chegaram às políticas públicas, onde hoje cumprem um importante papel.



Psicologia e sociedade

O Dia do Psicólogo simboliza o reconhecimento da evolução da Psicologia em todos esses anos. Apesar disso, mais do que uma simples celebração, a data serve como referência para a conscientização e mobilização da categoria em prol da melhoria dos serviços prestados, que precisam acompanhar o constante desenvolvimento da sociedade.

É como pensa, em seus 38 anos de profissão, a doutora em Psicologia social, Ana Bock, convidada para a solenidade que acontecerá na Câmara Legislativa do DF, no dia 25/08: “as demandas evoluirão e a Psicologia deverá se reinventar, mas há ainda um trabalho de vigilância para que não sejam permitidos retrocessos”, alerta a professora do Departamento de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Educação na mesma universidade. “A diversidade da Psicologia poderá e deverá trazer novas formas de pensar a profissão e novos projetos deverão se apresentar”, opina.

A Psicologia desempenha hoje basicamente dois tipos de contribuição à sociedade brasileira. Uma delas se refere às possibilidades de responder demandas com seus recursos técnicos e teóricos; a outra se dá na participação em lutas sociais e movimentos de defesa de direitos que, segundo Bock, coloca a Psicologia no seio da sociedade brasileira, compartilhando preocupações e projetos que vão para além da profissão, mas que são feitos a partir dela. “A presença da Psicologia e dos psicólogos nas políticas públicas de assistência social, de saúde, de defesa de direitos, de educação, de trânsito, ambiental é significativa e nos permite um lugar social de reconhecimento”, explica a psicóloga, que é autora e organizadora de livros que tratam de Psicologia sócio-histórica.

Nesse contexto, destaca-se a importância do conselho profissional estar atento aos fatos sociais, à conjuntura política e econômica como uma instância também de controle social na proteção e defesa de direitos. É papel do conselho realizar visitas em comunidades, inspeções em locais de privação de liberdade, visitas em órgãos de governo, fóruns permanentes de diálogo com a categoria em distintos campos.

Em 52 anos, a Psicologia evoluiu significativamente, tanto como ciência quanto como profissão. Para citar uma recente conquista da categoria,

protagonizada pela entidade sindical FENAPSI - Federação Nacional da Psicologia, o Projeto de Lei 3.338/2008, referente à jornada de trabalho de 30 horas semanais, acaba de ser aprovado pelo Poder Legislativo, aguardando apenas a sanção presidencial.

Além dessa, outra luta dos profissionais de Psicologia para aperfeiçoar a participação da categoria na formulação da profissão é o PL 4.364/2012, que altera a lei de criação do Sistema Conselhos de Psicologia – Lei 5.766/1971. O projeto segue aguardando parecer do relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados.

No ano de sua aprovação, 1971, a lei foi uma vitória para a classe. Hoje, no entanto, tornou-se antiga – inclusive, ela é anterior à Constituição Federal. Entre outras mudanças expressivas, o projeto de lei democratiza as eleições do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que, de acordo com a Lei, aconteciam indiretamente, por meio da Assembléia de Delegados Regionais. O PL vem formalizar as eleições diretas, que já vêm sendo feitas pelo voto dos psicólogos inscritos, em obediência a um acordo entre os 23 conselhos regionais de Psicologia.

Com o intuito de acompanhar as demandas sociais da Psicologia, o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF) vem criando espaços de discussão para que os profissionais e a sociedade civil possam debater meios de contribuir com o fazer psi. Isso acontece tanto de forma presencial, por meio de projetos “Diálogos: Psi em Foco” e “Roda de Conversa: Orientando a Profissão”, como também pelos novos canais de comunicação do CRP DF com a categoria. Em agosto, o conselho regional lança um novo site institucional, mais moderno, ágil e com nova marca gráfica, assim como a campanha intitulada “Psicologia: mais próxima do que você imagina”, que guiará todas as ações voltadas para esse mês. Além disso, a *Fan Page* do CRP DF no Facebook tem conseguido recorde de compartilhamentos em suas publicações e já superou duas mil curtidas, mais da metade destas a partir de setembro de 2013, quando assumiu a atual gestão. Mais um meio de garantir a transparência e a proximidade com a categoria. ✕



EVENTOS CONFIRMADOS NO DF PARA AGOSTO, O MÊS DA PSICOLOGIA:

Agosto 2014

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24 / 31	25	26	27	28	29	30

01/08

14h30/17h30, auditório do CRP DF - Evento “Para uma Psicologia em Movimento”. Mesa de debates com docentes convidados, lançamento do mês da Psicologia e da Revista Psicologia em Movimento, com entrega de carteiras profissionais aos que iniciam a carreira.

14/08

14h30 às 17h30, auditório do CRP DF - “Encontro Diálogos Psi: interdisciplinaridade e intersetorialidade”. Participação de todos os fóruns Diálogos Psi.

18/08

19h, auditório do CRP DF - “Roda de Conversa: Psicologia, Trabalho e Profissão: desafios e condições da profissão”. Participação da FENAPSI.

21/08

9h às 18h, auditório CRP DF - Seminário “Desafios à Psicoterapia na Contemporaneidade”, com oficina e mesa de debates com psis convidados(as) de distintas abordagens teóricas.

25/08

14h, Auditório da Câmara Legislativa do DF - Solenidade do Dia do(a) Psicólogo(a), com apresentação do novo site do CRP DF.

30/08

9h às 18h, Parque da Cidade - I Mostra Regional de Práticas em Psicologia do CRP DF.

em PSICOTERAPIA CONTEXTO

■ A COMPLEXIDADE QUE DESAFIA

A demanda por uma diversidade de dimensões e abordagens teóricas tem sido um dos grandes desafios da psicoterapia contemporânea, alertam profissionais da área. Doutor em Psicologia e professor do Departamento de Psicologia Clínica da UnB, Maurício Neubern chama atenção em seu artigo “Quem é dono da psicoterapia?” que “a construção de sentidos, de processos simbólicos, de formas de relação de diferentes sujeitos e contextos encontram possibilidades de articulação que não têm como ser antecipadas por um arcabouço específico”. Na avaliação do psicólogo, “o problema torna-se maior nesse sentido, uma vez que a tradição do conhecimento científico, inclusive a psicoterapia, tem sido a de simplificação, a da redução de focos e ideias e não a da articulação”, observa.

Segundo a Resolução CFP nº 010/2000, a psicoterapia “se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos”. Segundo a norma, um dos aspectos essenciais ao profissional da área de psicoterapia é o sigilo, ou seja, é dever da(o) psicoterapeuta proteger a intimidade do paciente. Existem, entretanto, situações específicas que necessitam de cuidado e orientação, como é o caso do profissional que precisa prestar informações à justiça ou que trabalha em equipe multiprofissional. Nestes casos, e em outros semelhantes, o psicólogo deverá se restringir a informar somente o necessário.

“A motivação para procurar a psicoterapia exige do psicólogo uma análise cautelosa e ética diante de cada caso, pois atualmente verifica-se a banalização das formas de tratamento e dos diagnósticos, além do consequente abuso dos psicofármacos”, observa o psicoterapeuta Thiago Petra. Para ele, a procura da psicoterapia é acompanhada pela busca por formas saudáveis e legítimas de existir, que respeitem a autenticidade do indivíduo. “O profissional necessita estar atento diante da possível utopia de normalidade ou de domesticação do ser humano”, opina.

Dos mais de 7,7 mil psicólogos inscritos no Distrito Federal, estima-se que aproximadamente 70%* atuam como psicoterapeutas. O Código de Ética Profissional do Psicólogo fundamenta que cabe ao psicoterapeuta atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural do paciente.

**proporção baseada em levantamento feito pelo CRP DF, em 2009.*



Ilustração: dyahuri Heifer

O Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF), ao contextualizar as preocupações clínicas no cenário contemporâneo, considera necessária a promoção de debates éticos e técnicos sobre temas emergentes. “Realizamos diversas rodas de conversa que proporcionaram a atualização de profissionais de Psicologia em relação a temas contemporâneos, com ênfase no esclarecimento dos marcos regulatórios do conselho de classe e de outras instituições dos poderes públicos, como foi o caso dos encontros abertos para a discussão da assistência a pessoas transexuais, às mulheres em situação de violência, dos efeitos subjetivos e sociais do racismo, entre outros”, observa a conselheira Tatiana Lionço.

Por ser uma área de atuação extremamente cara ao CRP DF, a instituição empenha esforços para realização de ações também em diálogo com entidades formadoras, projeto que vem sendo coordenado desde o início de julho pela conselheira Daniela Gonçalves. ↗

para REFERÊNCIAS UM NOVO CENÁRIO PROFISSIONAL

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AVANÇAM SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOBRE OS SETORES DE INOVAÇÃO DE TODO O PAÍS

A atuação de psicólogas e psicólogos no Brasil não poderia deixar de acompanhar as mudanças sociais do País e tem se estendido nas últimas décadas para diversos campos, com destaque para gradativas contribuições na construção e na execução das políticas públicas e nas discussões dos setores de inovação sobre os caminhos brasileiros para otimizar a oferta de serviços à população.

Atento a essa realidade, desde 2006 o Sistema Conselhos de Psicologia conta com um Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) que, por meio de consultas nacionais, consolida a produção de referências para atuação das(os) psicólogas(os) nas diversas áreas, que vão desde psicoterapia a educação, trabalho, saúde, trânsito e mobilidade, comunicação, emergências e desastres, política étnico-racial, segurança pública, justiça e assistência social.

Com 7,7 mil psicólogas e psicólogos ativos e inscritos no conselho de classe, o Distrito Federal apresenta uma série de demandas à Psicologia, que busca a cada dia novas estratégias no cuidado com a subjetividade humana, descritas no relatos de profissionais locais que aceitaram o desafio de fazer avançar a Psicologia na região.

Fique por dentro

No site crepop.pol.org.br, psicólogas(os) de todo o País podem consultar os documentos de referência para atuação profissional em diversas áreas, além de resultados das pesquisas realizadas nacionalmente, legislações, agenda de eventos nacionais e regionais relacionados a Psicologia e políticas públicas e notícias sobre seleções e concursos para contratação de psicólogos. Todos os documentos estão disponíveis para download.





Luís Fernando Arantes | Chefe do Núcleo de Psicologia de Trânsito do Detran-DF | CRP 01/14577

“A avaliação psicológica para o trânsito é apenas uma das subáreas da Psicologia do Trânsito. O psicólogo pode e deve participar do desenvolvimento, aplicação e avaliação de políticas públicas; pesquisas sobre o comportamento de motoristas, pedestres, ciclistas e outros atores envolvidos no complexo ambiente de trânsito; condução de estudos e ações sobre mobilidade urbana.

Um dos maiores desafios da perícia psicológica para o trânsito é a adequação das técnicas e dos instrumentos psicológicos de avaliação às condições físicas e psicológicas do candidato para a condução veicular, cumprindo os requisitos estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e demais normas do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A maior motivação do trabalho é poder contribuir para um trânsito seguro e civilizado.”



Janice Pereira | Consultora em Gestão de Pessoas e Processos Organizacionais | CRP 01/6912

“A Psicologia Organizacional e do Trabalho é uma dimensão de atuação que impõe muitos desafios que certamente motivam os profissionais ao desenvolvimento contínuo na área. Esta especialização da Psicologia possui complexidade que gera uma multiplicidade de exigências de qualificação para o trato pertinente. O aprofundamento constante nos conhecimentos da própria Psicologia Organizacional e a instrumentalização nos campos da Administração, da Medicina Ocupacional, da Engenharia (Ergonomia e Segurança no Trabalho), do Direito no Trabalho, entre outros, é imprescindível. Buscar o equilíbrio de interesses entre as pessoas e o ambiente organizacional é instigante e viável. Basta confrontar riscos, investir em qualificação constante e priorizar de forma implacável o compromisso com o ser trabalhador.”

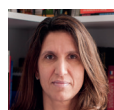


Ionise Barreto | Psicóloga do Departamento de Atividade Psicossocial da Defensoria Pública do DF | CRP 01/ 6746

“Trabalho como facilitadora de um grupo psicossocial que tem como finalidade propiciar um espaço de escuta, troca de experiências e debates acerca das questões étnico-raciais. O público-alvo

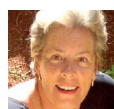
deste grupo - denominado Grupo de Igualdade Racial - são pessoas vítimas de preconceito racial.

O principal desafio em trabalhar com essa temática é a baixa demanda para um trabalho de grupo, pois nem sempre as pessoas que sofrem preconceito racial buscam o apoio necessário para o enfrentamento do seu sofrimento. O que mais me motiva em trabalhar nessa área é o feedback positivo dos participantes a cada encontro, onde expressam claramente que tem aprendido com o grupo a lidar melhor com suas emoções e reações às situações que vivenciam em seu dia a dia.”



Valéria Cristina Brito | Psicoterapeuta | CRP 01/3421

“Como psicóloga clínica e psicoterapeuta, trabalho com pessoas em momentos críticos em que suas concepções sobre si mesmas e sobre o mundo estão em xeque, acompanho-as em suas descobertas sobre outros modos de perceber e sentir, de viver e se relacionar com o mundo e as outras pessoas. A possibilidade de compreender, interagir e compartilhar com as pessoas os momentos de sofrimento, co-criando com elas novos significados e sentidos para sua experiência e compartilhando novas escolhas e ações é um privilégio sempre renovado, mas que exige uma preparação permanente do psicólogo clínico e do psicoterapeuta.”



Laura Frade | Professora universitária e psicóloga voluntária pela Cruz Vermelha Brasileira | CRP 01/8880

“A atuação em emergências e desastres surgiu na minha vida como consequência da formação em Psicologia e da atividade como voluntária da Cruz Vermelha Brasileira. Essa é uma área onde necessariamente precisamos ser parte da solução e não do problema. Isso significa que foi preciso obter formação complementar em trauma, primeiros-socorros, busca e resgate em estruturas colapsadas, acolhimento em abrigos e várias outras especialidades relacionadas ao gerenciamento de situações críticas que, usualmente, são desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros e demais unidades das Forças Armadas e Defesa Civil.

Trata-se de uma área onde a atuação do psicólogo ganha contornos bem distintos da clínica e das demais áreas dessa profissão em razão do local de trabalho, demandas e tempo disponível para atendimento e resposta de caráter imediato.”



Maria de Nazaré Viegas | Gerente do Centro de Observação (CO) da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do DF | CRP 01/1763

“O psicólogo que trabalha na Segurança Pública, mais especificamente no Sistema Penitenciário de Brasília, atua em duas linhas: na execução de avaliações psicológicas e na atenção básica em saúde. A avaliação psicológica tem por fim a promoção da correta individualização da pena a ser cumprida, adequando-a às características pessoais de cada preso. Na atenção básica em saúde são desenvolvidos trabalhos que dão maior atenção ao aspecto da ressocialização, visando melhorar a readequação ao convívio psicossocial saudável e alertando para a necessidade da busca de ajuda profissional para a prevenção de reincidência.

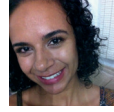
Este trabalho ainda enfrenta muitos desafios pela falta de informação de profissionais e leigos que não reconhecem a importância da Psicologia no sistema prisional como meio de transformação pessoal, mas saber que este trabalho pode fazer diferença individual e comunitária nos motiva na sua execução.”



Rebecca Ribeiro | Analista da Secretaria Psicossocial Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios | CRP 01/7419

“Uma das áreas em que o psicólogo pode atuar dentro do Judiciário é no assessoramento aos magistrados. No meu caso, trabalho em um serviço que assessora os juízes das varas cíveis e de família. Nossa equipe, composta por psicólogos e assistentes sociais, realiza estudo psicossocial de cada caso encaminhado pelo magistrado, tendo como resultado um parecer com percepções técnicas acerca das famílias, das pessoas envolvidas e da situação conflitiva apresentada.

Alguns dos desafios que percebo nessa área são como articular o tempo das famílias com o tempo do Judiciário; a grande demanda de casos que exige constante atenção; os temas de intenso litígio, permeado por violências, abusos, dependência química, sofrimento psíquico, perdas, luto que exigem estudo e aprimoramento constante, e a articulação entre conhecimentos. O que me motiva a atuar na área são esses mesmos desafios. Atualmente, não escolheria outro lugar para exercer minha profissão!”



Thanandra Dias | Atua em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) há mais de cinco anos | CRP 01/13874

“Amor ao outro, interesse real pelo sofrimento e crença na transformação social. Esses são pré-requisitos para a atuação da(o) psicóloga(o) na assistência social, o que claramente extrapola o conhecimento formal sobre teorias e técnicas contidas no currículo acadêmico. O olhar da(o) psicóloga(o), sua escuta sensível e sua capacidade de evidenciar ao outro suas potencialidades são essenciais no processo de superação das vulnerabilidades, redução do sofrimento e incentivo ao desenvolvimento familiar para o alcance da autonomia e promoção social. Acredito que esse seja o diferencial de nossa atuação e também nosso principal desafio.”



Flávia Lemos | Professora universitária e pesquisadora na área de Psicologia, Comunicação e Publicidade Infantil | CRP 01/11196

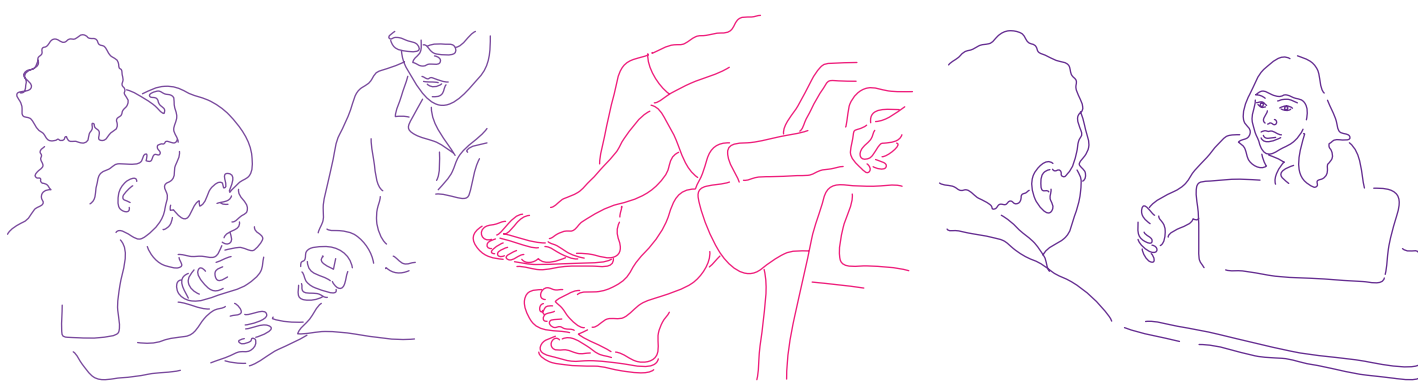
“Lutar pela promoção, defesa e garantia de direitos por meio de um sistema de comunicação democratizante no Brasil tem sido um desafio importante e que se faz somente com movimento coletivo de resistência à publicidade dirigida às crianças e adolescentes, ao consumismo e à violação de direitos por mídias variadas.

Buscar o compromisso do bem comum por uma Psicologia que atue juntamente com ativistas de uma mídia crítica e democrática para fazer valer os direitos de crianças e adolescentes tem sido um objetivo de meu trabalho como psicóloga, professora de Psicologia social e clínica, pesquisadora e militante. Problematicar os processos de subjetivação que são efetuados pela mídia é fundamental para construirmos uma sociedade baseada na equidade, na dignidade, na reciprocidade e na garantia de direitos.”

✕

CONSTRUINDO JUNTOS FAZER PSI

■ INTERDISCIPLINARIDADE E BUSCA POR UMA IDENTIDADE
PROFISSIONAL SÃO OS PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS
NOS ENCONTROS DO PROJETO “DIÁLOGOS: PSI EM FOCO”



Há algum tempo, a atuação de psicólogas e psicólogos vai além dos consultórios e o exercício profissional dentro das diversas políticas é uma realidade em todo o País. Os encontros do projeto “Diálogos: Psi em Foco” realizados na sede do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF) desde novembro de 2013, têm como proposta o compartilhamento de experiências de atuação e o debate sobre as possibilidades de melhoria da oferta de serviços. Outro objetivo é aproximar as (os) psicólogas (os) de seu conselho regional, abrindo espaço para um diálogo mais transparente.

“Essa é uma possibilidade do Conselho exercer uma de suas funções precípuas, a da orientação, mas feita num espaço dialógico, difundindo e construindo, em conjunto, orientações profissionais; possibilitando um espaço democrático onde participem, juntos, profissionais que atuam na gestão, mas também na execução e concepção de serviços, na política pública, nas organizações de trabalho, na sociedade civil, no consultório ou em clínicas, servidores públicos, consultores ou autônomos. O foco é a contribuição que a Psicologia pode oferecer, quando da oferta de seus serviços, na melhoria da condição do ser humano e na construção de um modelo de sociedade mais igualitário e mais justo”, afirma o conselheiro Wagner Saltorato sobre o projeto.

Os diálogos já proporcionaram encontros entre profissionais de diversas áreas onde são colocados, pelos próprios participantes, suas dificuldades e limitações visando a criação de diretrizes que possam proporcionar melhoria da atuação da Psicologia nas políticas públicas. A intenção é que esses encontros sejam contínuos e que os participantes sejam multiplicadores de um novo e contextualizado fazer psi na região. Desde o fim do ano passado, já aconteceram diversos encontros nas áreas de Saúde, Trabalho, Política de Mulheres, Educação, Assistência Social e Socioeducação, sendo as três últimas políticas as que mais têm se destacado. A ideia é ampliar o projeto para novas áreas ainda este ano.

Interdisciplinaridade

Educação

A conselheira Julia Chagas vem mediando o debate na área da Educação. Nos diálogos que já ocorreram, tem sido questionado qual é o real papel do psicólogo na escola e se as condições oferecidas para o serviço contemplam essa realidade.

A psicóloga Ivina Paiva atua na área de Educação, tem participado ativamente dos encontros e afirma que a aproximação com o conselho de classe tem sido positiva. “Acredito que os diálogos têm sido muito produtivos tanto para o profissional quanto para o CRP DF, que agora pode saber quais as dificuldades enfrentadas pelo psicólogo e realmente orientá-lo em suas ações. Sinto-me muito mais segura sabendo que o conselho está ciente da nossa dificuldade e nos apóia. Eu não estou sozinha, meu discurso é apoiado pelo meu conselho profissional”, avalia.

Assistência Social

O conselheiro Wagner Saltorato vem coordenando os encontros na área da Assistência Social, com profissionais, que já possuíam uma história de construção coletiva. Impulsionados em qualificar cada vez mais a atuação profissional, temas como as implicações éticas da atuação no campo da Assistência Social, interdisciplinaridade, atuações diversificadas entre os níveis de proteção social, intersetorialidade e trabalho em rede têm motivado o coletivo a participar do projeto “Diálogos: Psi em Foco”.

Socioeducação

O grupo de trabalho formado por psicólogas e psicólogos da área vem buscando estratégias para fazer avançar a oferta de serviços na região. Também tem ressaltado o déficit de servidores para atender a demanda da política de socioeducação no DF e as suas implicações no serviço prestado. Os debates são mediados pela conselheira Carolina Fernandes.

↖

Participe do Encontro Diálogos Psi

14/08

14h30 às 17h30, auditório do CRP/DF
“Encontro Diálogos Psi: interdisciplinaridade e intersetorialidade”. Participação de todos os fóruns Diálogos Psi.

De acordo com a normativa desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes. Esse processo integra e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação que organize as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. A interdisciplinaridade está presente nas diversas áreas de atuação do profissional de Psicologia e faz parte de um dos seus desafios diários, que é a busca por uma identidade própria em um ambiente onde vários profissionais de outras categorias trabalham.

Psicólogas e psicólogos diariamente enfrentam a demanda de alinharem suas ações às necessidades apresentadas pelo público por eles atendido. Em grupos de trabalho multiprofissionais, em que os diferentes agentes podem apresentar variadas abordagens, torna-se ainda mais difícil que o seu fazer coletivo possa ser efetivamente interdisciplinar. Para a conselheira Jaqueline Gomes, “refletir e atuar em equipes multiprofissionais, de forma interdisciplinar, é um aprendizado que precisa ocorrer cada vez mais para os psicólogos, não apenas durante seu processo formativo ou de especialização, mas principalmente nas suas práticas cotidianas”, afirma.

Entender o conceito de interdisciplinaridade no trabalho proporciona enriquecimento nas relações entre profissionais de diferentes áreas de formação, e pressupõe o diálogo e trocas intersubjetivas entre especialistas e o reconhecimento de saberes teóricos, práticos e existenciais, em si e nos outros. A interdisciplinaridade é um processo dinâmico, consciente e ativo, de reconhecimento das diferenças, que contribui para a superação do isolamento dos saberes e deve ser praticado nas diversas áreas visando melhorar as condições de trabalho e de fornecimento de serviço à população.

O CRP DF, por meio do projeto “Diálogos: Psi em Foco”, coloca-se à disposição das psicólogas e psicólogos do DF para compartilhar e discutir acerca dos desafios existentes no contexto profissional em que estão inseridos, a fim de realizar articulações efetivas para a melhoria do serviço prestado à sociedade. Somente com essa interação será possível articular propostas que atendam às reais necessidades dos profissionais.

o COMPROMISSO SOCIAL da PSICOLOGIA no DF

■ PROJETOS DESENVOLVIDOS NA REGIÃO APONTAM ALTERNATIVAS PARA UM EXERCÍCIO PROFISSIONAL CONTEXTUALIZADO E PLURAL

A observação sobre os processos de subjetivação dos indivíduos é um dos destaques da iniciativa “Promotoras Legais Populares”, direcionada ao acompanhamento psicossocial de mulheres catadoras de lixo na cidade Estrutural.

A psicóloga e professora Flávia Timm, que coordenou o projeto, explica que o processo de subjetivação se relaciona com o modo como cada pessoa vê o mundo. A própria psicóloga, nesse caso, precisou aceitar que o olhar de cada uma das catadoras é diferente do seu, além de respeitar, acolher e integrar as visões para permitir o auxílio adequado às demandas dessas mulheres. “A realidade brasileira é composta de colonialidade, racismo, classismo, discriminação social, de gênero e muitas outras”, observa. “É importante que o compromisso com os processos de subjetivação seja pautado na realidade e não em ideologias”, avalia Flávia.

Com o passar dos anos, a Psicologia concentrou-se muito nos trabalhos clínicos e individuais. Entretanto, essa ciência trata também da parte coletiva e global. Cabe às psicólogas e aos psicólogos buscarem meios de atender às demandas sociais e não somente àquelas pessoais de quem pode pagar por uma consulta particular.

Em concomitância a esse raciocínio, o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF) desenvolveu um espaço virtual voltado para mulheres, que são maioria no Brasil e na Psicologia, mas ainda minoria na política.

O site “Mulheres, Psicólogas” crp-01.org.br/mulheres-psicologas é uma ferramenta de apoio à classe na luta pela igualdade de gênero. O objetivo é romper o silêncio, criando um ambiente de discussão, de exemplo de atividade psicossocial. É uma maneira que o CRP DF encontrou de contribuir para a ação de mulheres e por mulheres, já que por muitos anos a sociedade esteve inerte em relação às adversidades e diversidades femininas que são, apesar de sua indiscutível relevância, apenas um item na imensa lista de vertentes da Psicologia em âmbito social.

Todas as questões sociais, independentemente do tema a que se relacionam, afetam a todos os seres e cada contribuição pode ser uma gota no oceano, mas fará

**Pesquisa recente do
CRP DF aferiu que 90%
dos profissionais da
Psicologia são mulheres**

The screenshot shows the website interface for 'Mulheres, Psicólogas'. At the top left is the logo for 'CRP DF' (Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal). Below it, the text reads 'MULHERES, PSICÓLOGAS'. To the right, there are links for 'SITE PRINCIPAL', 'FACEBOOK', and 'CONTATO'. The main content area features a grid of 12 small portrait photos of women. On the left side of the grid, there is a vertical navigation menu with the following items: 'INÍCIO', 'APRESENTAÇÃO', 'NOTÍCIAS', 'LEGISLAÇÃO', 'PUBLICAÇÕES', 'MULTÍMÍDIA', and 'AGENDA'. Below the grid, there is a small text box that says: 'Tantas e diversas assim são as psicólogas do DF. Envie-nos sua foto.'

diferença quando todas as gotas se juntarem. É como pensa a psicóloga Ionise Cavalcante. “Todos os órgãos e todos os psicólogos são responsáveis pelo desenvolvimento social do mundo. É dever de cada um realizar pequenos trabalhos em seu ambiente”, opina. Para a psicóloga Camila Fontes, o simples gesto de conscientizar já impulsiona a mudança. É acreditando nisso que Ionise e Camila coordenam, no Departamento de Atendimento Psicossocial da Defensoria Pública do DF, um projeto de apoio a vítimas de preconceito étnico-racial. Trata-se de um grupo de amparo no qual os próprios sujeitos trazem as situações, experiências e sofrimentos a serem abordados e tratados a partir da troca de perspectiva e identificação mútua. “O sofrimento é diferente para cada um”, atesta Camila. Todavia, vale ressaltar que embora seja um sofrimento pessoal, o racismo é sofrimento partilhado entre a população não branca.

Nesta conjuntura de preconceitos sociais, o trabalho da psicóloga ou do psicólogo é o de conscientizar e estimular o sujeito a buscar estratégias para lidar com o conflito. Tal sofrimento é causado pelas desigualdades relacionadas não só à cor da pele, mas a questões sócio-históricas, políticas e econômicas. Foi durante uma série de atendimentos que a psicóloga Ionise detectou uma peculiaridade do preconceito racial no Brasil. “Em geral, o brasileiro não assume que é racista”, explica; “assim, forma-se uma espécie de preconceito velado que, não diagnosticado, perdura implicitamente e é passado de geração em geração”.

Segundo dados do Censo SUAS, levantados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dos aproximadamente **240 mil psicólogos ativos no Brasil**, **15.054 psicólogos trabalham na área de Psicologia Social**, considerando que a sociedade tangencia toda prática psicológica. **No Distrito Federal**, a proporção é bem menor: apenas **102 profissionais de Psicologia atuam na área, dos mais de 7.700 ativos na região**. Assim, o CRP DF vem, desde setembro de 2013, no início da atual gestão, discutindo sobre a atuação da Psicologia em duas interfaces: discussão de demandas sociais com toda a categoria, a despeito de seu campo de atuação, uma vez que temas contemporâneos afetam, inclusive, intervenções clínicas; e, também, atuando mais diretamente com o profissional que atua em políticas públicas.

Um projeto inovador que vem se efetivando desde então são as visitas institucionais. Nele, os conselheiros se reúnem com os gestores das diversas secretarias e órgãos do DF onde atuam psicólogas(os), com o intuito de propiciar a cooperação entre essas entidades e o conselho profissional. “É importante que o conselho profissional se aproxime da gestão da oferta de serviços psicológicos não apenas com caráter fiscalizador mas, sobretudo, orientador. Além disso, interessa à autarquia o contato com profissionais que atuam tanto na ponta, como na gestão de políticas públicas”, destaca a conselheira presidente do CRP DF, Cynthia Ciarallo. ✎

O **Promotoras Legais Populares** começou como um projeto de extensão universitária da Universidade Católica de Brasília (UCB). À frente, as psicólogas Judith Cavalcanti e Flávia Timm, hoje professoras, criaram um espaço de discussão entre mulheres catadoras de lixo e trabalhadoras domésticas que não tinham a oportunidade de se manifestarem a respeito das situações vividas durante suas atividades em estado precário. Os grupos aconteciam semanalmente e contavam com aproximadamente 15 participantes. O Projeto buscava ainda associar os direitos das catadoras com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como abordar questões referentes a acidentes e prevenção no trabalho e aos Direitos Humanos.

De 15 em 15 dias acontece na Defensoria Pública do DF um **grupo de amparo psicológico** a pessoas que sofreram qualquer tipo de **preconceito étnico-racial**. O Projeto funciona da seguinte maneira: as vítimas entram em contato com a ouvidoria por meio do Disque Racismo (Número 156 opção 7) da Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial do Distrito Federal (SEPIR-DF), para relatar situações de abuso e/ou preconceito. As denúncias são encaminhadas ao Departamento de Atendimento Psicossocial da Defensoria, que contata os usuários. A eles é sugerido o comparecimento nas reuniões de apoio, mas os interessados que já tiverem conhecimento do trabalho podem, também, solicitar a participação.

Participe da I Mostra Regional em Psicologia do CRP DF

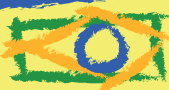
30/08

9h às 18h, Parque da Cidade
I Mostra Regional de Práticas em
Psicologia do CRP DF.

○ ELEIÇÕES 2014: QUE A PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO?

■ A POLÍTICA NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES E ATUAÇÃO SOCIAL

**Pelo respeito
à Constituição Federal**



Segundo estimativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aproximadamente 142 milhões de brasileiros devem ir às urnas em outubro deste ano para eleger novos ocupantes para os cargos de presidente da República, governador, deputado estadual ou distrital, senador e deputado federal. O número traz algo em torno de 6 milhões de eleitores a mais do que o contabilizado em 2010, quando havia cerca de 136 milhões de votantes no País. Desde o dia 6 de julho está autorizada a campanha oficial. As propagandas eleitorais obrigatórias, por sua vez, começam a partir do dia 19 de agosto e o primeiro turno das eleições acontece no dia 5 de outubro, havendo nova votação no dia 26 de outubro em caso de segundo turno.

Esta será a 7ª eleição presidencial brasileira desde o fim da ditadura militar. Para especialistas, essa proximidade histórica com a memória da violência, somada a uma experiência democrática relativamente recente apontou, por alguns anos, muitas limitações quanto à problematização acerca da qualidade de funcionamento das instituições brasileiras, cuja mera normalidade de funcionamento já era uma patamar que vinha sendo valorizado e difundido tanto pela população como por parte das autoridades.

“O tema eleições envolve a Psicologia não apenas porque profissionais brasileiros são chamados periodicamente para exercerem a cidadania por meio do sufrágio universal, mas também porque processos políticos impactam na produção de subjetividades e práticas sociais. Plataformas políticas anunciam um tipo de sujeito pensado, vivido e projetado, demandando constante monitoramento das instâncias de controle social a fim de que não violem, mas, ao contrário, garantam direitos na perspectiva da equidade, da justiça social”, observa a conselheira presidente do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF), Cynthia Ciarallo.

Pesquisador da Universidade de Brasília, o cientista político Alexandre Gouveia acredita que a democracia brasileira já vem demonstrando sinais de amadurecimento com as manifestações populares que ocorrem desde o ano passado. “O modelo mental do brasileiro adulto e eleitor está em transformação permanente e migrando dos eleitores mais velhos e que trazem a vivência do período da ditadura, para os eleitores mais jovens, iniciados pela geração dos “caras pintadas” dos movimentos sociais no início da década de 1990. Isto nos demonstra que a evolução da sociedade, exposta pela mídia ao senso comum durante este recente período de redemocratização, é evolutiva tanto em conteúdo como em forma, chegando neste momento a casos como o movimento Black Bloc, resultante das manifestações sociais que alcançaram seu auge em meados de julho do ano passado. Desta forma, podemos identificar uma sociedade que já não se conforma com serviços públicos básicos, protocolares e sem um mínimo de qualidade identificado e exigido pelo senso comum”, explica o pesquisador.

O cientista político chama atenção ainda para outras formas de participação democrática encontradas pelos brasileiros e ressalta alguns desafios para o avanço do controle social. “Temos sim diversos pontos de melhoria em nossa democracia e destaco principalmente a participação popular nos governos e nas atividades legislativas. Esta participação popular não deveria estar reduzida aos períodos eleitorais e sim durante todas as atividades de um governo e em todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário)”, observa. “O problema identificado é a apatia popular ao assunto Política, que deveria fazer parte do cotidiano das pessoas, iniciando pelas escolas que, induzindo temas de patriotismo, cidadania e educação política, educariam as crianças e jovens, desenvolvendo o senso crítico nos futuros eleitores, líderes e políticos e, certamente, influenciariam também os pais e adultos que convivem com as crianças e que seriam também envolvidos com os temas de educação política e alfabetização democrática. Os movimentos sociais demonstram uma evolução, porém a qualidade dos temas abordados e o conhecimento mais adequado dos seus direitos e motivos de luta somente virão com a evolução da educação e da informação ao grande público”, ressalta Gouveia.

O psicólogo e pesquisador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Odair Furtado, destaca outro desafio da democracia brasileira. Para ele, no País encontra-se instalada uma estrutura de reprodução de estigmas sociais que muito interessa a Psicologia. “Penso que desde o fim da ditadura estamos buscando a construção de uma identidade social que supere o famoso diagnóstico social de Nelson Rodrigues, que nos atribuiu o ‘complexo de vira-latas’. Nossas condições materiais já nos colocam numa posição importante no cenário mundial, mas não são totalmente favoráveis e ainda sofremos com a desigualdade social, o que se reflete na maneira como as classes sociais se expressam subjetivamente”, observa o pesquisador.

A reflexão de Odair Furtado vai ao encontro das observações de muitos teóricos da Psicologia e das Ciências Sociais sobre os complexos institucionais profundos da sociedade brasileira. Para eles, a desigualdade



brasileira encobre marcas valorativas do humano impostas por sua posição social e étnica como aprazível ou desprezível, se alimentando de dominações pessoais do cotidiano para produzir sentimentos de vergonha, culpa e revolta, entre outras formas de humilhação social.

Para o psicólogo, pautas importantes devem entrar no debate das eleições 2014. “O momento eleitoral é importante porque projetos políticos estão em disputa e sempre entram em jogo propostas de políticas públicas. Acho que, do ponto de vista da saúde, o tema sobre drogas e cuidado com os usuários estará presente como esteve na eleição presidencial passada. Ela mobiliza o que temos de melhor e o que temos de pior do ponto de vista dos conteúdos ideológicos ligados ao tema”, aponta Furtado. “Outros temas polêmicos estarão presentes na pauta e são do interesse da Psicologia, como a aplicação dos 10% do PIB na educação e qual a política para a melhoria da educação brasileira. Além disso, estará em pauta a flexibilização ou manutenção de direitos trabalhistas e os psicólogos estarão também divididos nesses temas, como estarão os demais eleitores. O campo progressista precisa discutir e se posicionar para construir referências”, defende o pesquisador, que mostra preocupação com o avanço de grupos conservadores sobre os espaços de formulação de políticas públicas. “Acho que nesta eleição teremos um contorno classista como já tivemos nas duas eleições passadas, mas com um delineamento tênue, sem francos enfrentamentos dos candidatos mais fortes. Do ponto de vista da Psicologia, é a oportunidade de apontar uma pauta que seja do interesse da população em geral e da qualidade do atendimento no caso da saúde e da assistência social, campos em que estamos decididamente inseridos”, conclui o psicólogo.



Psicologia e o compromisso ético-político à luz dos direitos humanos

O Sistema Conselhos de Psicologia, em diálogo com a categoria, consolidou normativas éticas na perspectiva do compromisso social, que combatem toda forma de discriminação, violência, opressão, de desrespeito à intimidade, privacidade e identidade. Nesse sentido, importa a luta política para garantia de legislações que regulam a profissão, em especial as que traduzem preocupação com minorias, alijadas de seus direitos por questões de ordem moral ou mesmo, identitárias.

Dentre as resoluções que avançaram na garantia de direitos estão a Resolução CFP Nº 001/1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, a Resolução CFP nº

018/2002, que estabelece normas de atuação em relação ao preconceito e à discriminação racial e a Resolução CFP nº 012/2011, que regulamenta a atuação no sistema prisional, vedando elaboração de prognósticos criminológicos de reincidência, aferição de periculosidade e o estabelecimento de nexos causal a partir do binômio delito-delinquente.

“ Não há praxis psicológica sem o humano. Não há humano que opere em um vácuo político. Até mesmo a alienação, a indiferença traduzem um lugar político. A política é uma dimensão importante na produção de subjetividades, na produção de conhecimentos e na atuação social. No caso das eleições, estamos falando de plataformas político-partidárias que demandam monitoramento e análise permanentes por cidadãos e cidadãs, a fim de que não violem conquistas já legitimadas à luz do direito humano e da própria Constituição Federal. ”

Cynthia Ciarallo, conselheira presidente do CRP DF

“Tais normativas apontam o respeito à diversidade, o acesso à justiça, o direito à identidade. Infelizmente, encontram-se hoje nas esferas públicas, em especial no parlamento, discursos que tentam violar tais direitos, a partir de uma lógica moral que defende uma única forma de ser humano, uma única forma de relação, uma única forma de existir”, alerta Cynthia Ciarallo, que ressalta a importância do envolvimento de psicólogas e psicólogos nas agendas postas na sociedade e no processo eleitoral em curso, pois também impactarão no exercício da sua profissão. “Não há praxis psicológica sem o humano. Não há humano que opere em um vácuo político e até mesmo a alienação convém a uma escolha política. A política é uma dimensão importante na produção de subjetividades, na produção de conhecimento

e na atuação social. No caso das eleições, estamos falando de plataformas político-partidárias que demandam monitoramento e análise permanentes por cidadãos e cidadãs, a fim de que não violem conquistas já legitimadas à luz do direito humano e da própria Constituição Federal”, ressalta a presidenta. ✕

com **PROFISSÃO** **POSICIONAMENTO**

■ UMA PSICOLOGIA ATENTA À CONJUNTURA

Uma profissão com clareza de seu compromisso social não se exime de um posicionamento diante de situações que ameacem ou possam fazer avançar suas diretrizes de atuação. Consciente de seu papel como entidade que orienta e fiscaliza o exercício da Psicologia, o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF) tem mantido uma postura firme e pronta diante dos temas que impactam na rotina profissional de psicólogas e psicólogos da região.

O respeito à dignidade e à integridade do ser humano, a análise crítica da realidade política e social e a promoção de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização estão entre os princípios fundamentais da Psicologia, dispostos no Código de Ética Profissional, e elencados nas notas de posicionamento emitidas pelo conselho regional neste 14º Plenário.

O Estatuto da Criança e do Adolescente completa 24 anos

Pela ocasião dos 24 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o CRP DF vem a público expressar seu total apoio a este marco legal ao tempo em que repudia qualquer proposta de alteração do mesmo que represente retrocesso na garantia de direitos de crianças e adolescentes. (...)

13/07/2014

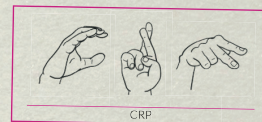
18 de maio - Não à violação de direitos de crianças e adolescentes

O CRP DF vem a público expressar seu total apoio ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio, data esta escolhida em memória a Araceli Cabrea Sanches que, aos 8 anos de idade, foi violentamente assassinada após ter sido estuprada e espancada em 18 de maio de 1973 na cidade de Vitória, Espírito Santo. Apesar da violência do caso, nenhum dos envolvidos foi responsabilizado devido à falta de denúncia. (...)

18/05/2014

12 Anos da Lei de Libras

Tendo em vista que os dias 21 e 24 de abril dizem respeito, respectivamente, às datas comemorativas do Dia Nacional da Educação dos Surdos e o aniversário de 12 anos da Lei 10.436, também conhecida como Lei de Libras, o CRP DF lembra a necessidade de dar visibilidade a uma pauta normalmente esquecida no campo das políticas públicas, que tangencia a pessoa com deficiência, e entende que o tema da acessibilidade é de extrema importância, considerando o direito constitucional de ir e vir que possibilita o trânsito em espaços de interesses dos indivíduos e que lhe permitam a construção de laços sociais. (...)



24/04/2014

Você pode ter acesso a essas notas na íntegra pelo site crp-01.org.br

Nota aos parlamentares sobre o Plano Nacional de Educação

O Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF), em seu 14º Plenário, solicita aprovação dos deputados e das deputadas da Comissão Especial ao texto do relator Angelo Vanhoni (PT-PR), no que tange à destinação de 10% do PIB exclusivamente à educação pública, como também à manutenção de redação explícita ao combate às discriminações de gênero, raça e de orientação sexual, uma vez que se faz estratégica e fundamental a especificação de cada violação a fim de garantir visibilidade política necessária à devida e eficaz promoção e defesa de direitos, neste caso, usurpados pela simples condição de existir de determinados públicos. (...)

10/04/2014

Nota de repúdio aos casos de violência contra mulheres no DF

Às vésperas de março, quando comemoramos e damos visibilidade à luta de mulheres - tantas e diversas - por reconhecimento de sua autonomia, o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF) vem a público expressar seu completo repúdio aos casos de agressões sofridas por mulheres, especialmente negras e lésbicas, noticiadas esta semana no Distrito Federal. Infelizmente, é sabido que tais fatos não são isolados, considerando que muitas - que não acessam a justiça ou os meios de comunicação - sofrem violências veladas e silenciadas, seja pela falta de poder econômico, seja pela falta de poder político, por não serem brancas, por serem lésbicas, por serem trans, por serem, enfim, mulheres. (...)

28/02/2014

Carta aberta por um Estado democrático, laico e plural

O Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF) vem por meio desta Carta Aberta expressar a preocupação de psicólogas e psicólogos com a direção e ocupação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados por grupos políticos que, na contramão da democracia consolidada, do respeito à diversidade e à laicidade tão necessários à promoção do direito humano, apontem retrocessos, seja na proposição de pautas obscurantistas ou na desconsideração de direitos já conquistados na direção da saúde e da proteção das individualidades e das coletividades que fortalecem, na equidade, diversidade e na liberdade, o laço social. (...)

16/02/2014

Nota de esclarecimento sobre a polêmica envolvendo a pedofilia no DSM-V

Recentemente circulou pela internet a notícia de que a nova versão do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V) da Associação Psiquiátrica Americana (APA) teria atribuído à pedofilia o qualificativo "orientação sexual". Após a polêmica, a APA esclareceu que houve erro de redação na nova versão e que onde se lia "orientação sexual" se deveria ler "interesse sexual". A pedofilia se mantém descrita no DSM-V como parafilia, ou seja, integrando as psicopatologias descritas como desviantes em relação às condutas morais da sociedade. (...)

07/11/2013

Nota de Apoio à Mobilização Nacional Indígena

Por ocasião da Mobilização Nacional Indígena, o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF) vem manifestar o seu apoio e solidariedade à luta política dos povos indígenas por melhores condições de vida, pela garantia dos seus direitos humanos e sociais e pela observância de suas reivindicações por parte das autoridades dos poderes públicos e sociedade brasileira. (...)

1º/10/2013

CRPDF ORIENTA e INFORMA

Nota da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)

O PSICÓLOGO, A MÍDIA E A ÉTICA PROFISSIONAL

Os psicólogos, progressivamente, têm sido demandados por meios de comunicação para se manifestarem sobre diferentes assuntos. São inúmeros os modos de inserção do psicólogo neste campo: entrevistas em programas de TV e rádio, jornais e internet. Muitas vezes, profissionais são chamados a se posicionarem sobre pessoas envolvidas em casos de repercussão nacional a partir de informações de terceiros, o que demanda observância não apenas técnica, mas ética.

A partir da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2007, o Sistema Conselhos de Psicologia iniciou avaliações e debates sobre a relação entre a Psicologia e a Comunicação, culminando inclusive, com o lançamento de duas edições do livro “Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade”, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Esta participação da categoria é fundamental e torna a Psicologia um instrumento importante nas discussões e intervenções de ordem social. Porém, como estas manifestações se articulam com o Código de Ética Profissional? Quais os cuidados que o psicólogo deve ter diante de demandas como estas?

Além de estar em situação regular com o conselho profissional, é importante destacar que não cabe ao profissional emitir opiniões ou avaliações de pessoas que não atenda ou expor publicamente intimidades e privacidades de pessoas sem a devida proteção legal desses direitos constitucionais.

Em função de questionamentos e denúncias em desfavor da categoria acerca destas manifestações, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP DF) lembra que toda e qualquer manifestação pública da categoria deve ser pautada pelo Código de Ética Profissional (Resolução CFP nº 010/2005), com ênfase nos princípios fundamentais e no artigo 20, que trata da promoção pública dos serviços psicológicos.

Mais orientações e outros esclarecimentos sobre o assunto poderão ser obtidos com as psicólogas fiscais do CRP DF pelo e-mail cof01@crp-01.org.br e pelo telefone (61) 3030-1010 ramais 407, 414 e 420.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: SEUS OLHOS DENTRO DO CONSELHO

O CRP DF lança em agosto seu novo Portal da Transparência, uma ferramenta que permite ao psicólogo acompanhar de perto tudo o que é de interesse público. Nele, ficam disponíveis atas de reuniões plenárias – das quais constam decisões políticas, administrativas e institucionais – e a prestação de contas da entidade – relatório financeiro com receitas e despesas, informações sobre concurso público, entre outros conteúdos. O Portal da Transparência pode ser acessado no endereço eletrônico crp-01.org.br.

INFORMAÇÕES DO FINANCEIRO

No mês da Psicologia, o CRP DF lança campanha para quitação de débitos anteriores a 2012, com descontos de até 30%, além de isenção de multas e juros. O CRP DF está à disposição para esclarecimentos. Procure-nos.

No segundo semestre acontece a Assembleia Geral do CRP DF. São psicólogas e psicólogos participando mais diretamente da gestão de seu conselho profissional. A convocação chegará em seu endereço. Aguardaremos a sua presença.



Continue acompanhando o trabalho do CRP DF pelo site crp-01.org.br e pela *fan page* do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal no facebook